



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2017/2021**

ATA NÚMERO TRÊS

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZOITO. -----

----- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e dois de dezembro de dois mil e dezassete. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da atualização em 2018 de Valores de Taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação “Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual - Procedimento concursal para fornecimento continuado de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento público. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação da proposta para abertura de concurso para “Exploração e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água” – Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromisso plurianual. -----

----- Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação da proposta da designação do Fiscal Único da Resíduos do Nordeste E.I.M., S.A. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação da proposta de adesão da Assembleia Municipal à Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- Ponto Dois Ponto Oito) - Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) - PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, José Carlos Vaz Gonçalves, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel João Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, Manuel João Fernandes Preto, Daniel Tomé Ramos, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Afonso Cordeiro Rodrigues, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João e José Manuel Alves Ventura. -----

----- Faltou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Argozelo José Manuel Miranda. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores vereadores António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Valentim Carvalho Sena. -----

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e votação da ata de 22 de dezembro de 2017. -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento e colocou para apreciação o pedido de suspensão de mandato do senhor deputado José Manuel Fernandes Miranda pelo período de 1 ano. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção. Daniel Tomé Ramos. Disse: “À semelhança do que me foi perguntado no mandato anterior enquanto membro da Assembleia, também acho que era de direito saber qual o motivo que levou à suspensão do mandato do senhor membro José Manuel Fernandes Miranda”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: Posso responder: são motivos particulares. -----

----- **Ponto Um Ponto Dois) - Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Um Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos. Disse: “Na última reunião da Assembleia procedemos à eleição de vários elementos aos diversos órgãos e na altura, quando foi da designação dos elementos para a comissão alargada da CPCJ eu falei, e dei o exemplo do mandato anterior em que foi designado alguém que não pertencia a esta Assembleia Municipal. Se formos ler a lei da CPCJ na constituição da comissão alargada no artigo décimo sétimo diz lá textualmente: “quatro cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo” claro que, designados pela Assembleia Municipal. Portanto a questão é que a lei diz quatro cidadãos eleitores, não diz quatro membros da Assembleia Municipal, houve aqui um erro. No ponto da convocatória devia constar quatro cidadãos eleitores, que é o que diz exatamente a lei da CPCJ. Não vou agora estar aqui a questionar se tem ou não competências, não me compete a mim dizer se as pessoas têm ou não competências. De qualquer maneira deviam ser eleitas pessoas da sociedade civil, como já tínhamos feito há oito anos e há quatro anos, que foi isso que aconteceu. Há quatro anos fizemos exatamente a tal distribuição equitativa, cada grupo municipal indicou dois elementos. Pronto,

está o assunto resolvido. Depois, a primeira coisa que eu fiz, quando recebi todos os documentos relativos a esta Assembleia, foi ver o serviço de motoristas, e vi que os alunos da nossa escola foram novamente transportados. Na altura o Senhor Presidente disse, está em ata, foi um lapso, aceito perfeitamente, agora desta vez é para que não pensem que eventualmente as pessoas não lêem ou não vêem”. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “De facto, na página relativa ao relatório de trabalhos efectuados pelos serviços no que respeita a serviço de motoristas, no penúltimo item aparece transporte de alunos do nono ano para a realização de exames nacionais. É evidente que não é para a realização de exames, mas há transporte de alunos porque a Câmara Municipal, como sabem, faz um circuito de transporte escolar o circuito Vimioso/Çaçarelhos, Angueira, Avelanoso, S. Joanico, Serapicos, e novamente Vimioso. Fico à inteira disposição para os esclarecimentos que os Senhores Deputados achem convenientes”. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e votação da actualização em 2018 de Valores de Taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo dos anos anteriores sempre que é apurado o valor da inflação, que no ano de dois mil e dezassete correspondeu a um vírgula quatro por cento, diz a lei e dizem os nossos regulamentos que as taxas são atualizadas em função do valor da inflação. Como bem se recordam, os Senhores Deputados, na última Assembleia, decidimos não actualizar as taxas relativas a água, saneamento e também dos lixos urbanos, pelo que, todas as outras taxas, a exemplo dos anos anteriores e nos termos da lei, passam a ser atualizadas nos termos da informação e da deliberação da reunião de Câmara” -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e votação- “Lei dos Compro-**

missos e dos Pagamentos em Atraso. Compromisso Plurianual - Procedimento concursal para fornecimento continuado de combustíveis rodoviários em posto de abastecimento público. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como podem verificar na informação e na deliberação da reunião de Câmara, atendendo a que se trata de um compromisso plurianual, isto é, que vai ocorrer em mais do que um ano, neste caso três, e porque ultrapassa o montante para o qual a Assembleia me delegou competência para o efeito, obrigatoriamente tem que ser submetido a esta Assembleia Municipal. A pretensão da Câmara Municipal é lançar concurso público, obrigatório, para o fornecimento de combustível ao município. Como vêm a verba com IVA será aproximadamente de quatrocentos e cinco mil e novecentos euros para os três anos, donde para se abrir o respectivo concurso é obrigatória autorização prévia desta Assembleia Municipal”.-----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto três à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Apreciação e votação da Proposta para abertura de concurso para “Exploração e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água” – Autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromisso plurianual. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A exemplo do ponto anterior, dispõem os Senhores Deputados do teor da deliberação da reunião de Câmara para este efeito. Termina, no final do corrente ano, a prestação de serviço dos sistemas de abastecimento de água. No dia um de janeiro de dois mil e dezanove, terá que estar em vigor o novo contrato. Antecipando já todo esse período, porque pode levar algum tempo, decidiu a Câmara Municipal propor a esta Assembleia Municipal a abertura de um concurso público pelo período de cinco anos. Apesar de o Código dos Contratos Públicos por norma prever três anos, há exceções e têm que ser justificadas. Essas exceções, quando o período é superior a três anos. Também consta da deliberação a justificação do facto de se pretender lançar o concurso por cinco anos. Tratando-se de um compromisso plurianual e ultrapassando a verba para a qual o Presidente da Câmara está mandatado, ou seja, é superior aos cem mil euros, é

obrigatória autorização prévia da Assembleia Municipal, para se poder abrir este concurso. É disso exatamente que se trata”. -----

----- Não tendo havido intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto dois ponto quatro à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco) – Apreciação e votação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Esta proposta de alteração ao mapa de pessoal, decorre fundamentalmente da necessidade de criar cinco lugares a tempo determinado, isto é, a termo resolutivo certo. Significa que as pessoas que vierem a ser contratadas será por um período específico. São nas áreas de Educação Social, Matemática e Ciências, Línguas e Literaturas Modernas variantes Estudos Portugueses e Línguas e Cultura Portuguesa, Informática e Multimédia. Houve necessidade de criar, no mapa de pessoal a termo certo resolutivo estes lugares, porque, felizmente, a câmara municipal e todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, viram aprovada uma candidatura ao Norte 2020 designada de “Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”. Está prevista nesta candidatura a constituição de uma equipa multidisciplinar. Daí a necessidade de ter que fazer essas contratações, que teremos que fazer imediatamente no sentido de tentarmos conseguir, que no início do próximo ano lectivo ou seja, em setembro esta equipa possa funcionar. Daí que, tem havido reuniões com a direcção, e em particular com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, no sentido de celebrar um contrato ou um protocolo, uma parceria, se assim quiserem, que tem que ser entregue juntamente com o termo de aceitação da candidatura sobre o funcionamento e a articulação entre a escola e a equipa multidisciplinar. O objectivo fundamental é reduzir o insucesso escolar, porque a nossa região é uma das regiões do país com maiores níveis de insucesso. Não estou a dizer Vimioso, em particular, estou a dizer a CIM Terras de Trás-os-Montes. Também está previsto na candidatura, para lá da contratação de pessoal, um outro conjunto de atividades e, fundamentalmente, equipar as salas de informática e de tecnologia da escola com material moderno. Depois, terão visto também, ainda a termo resolutivo certo, e também por tempo determinado, a criação do lugar de médico veterinário. Na última

reunião de Câmara, aprovamos o contrato a tarefa (recibo verde), com uma médica veterinária para trabalhar a meio tempo. Como sabem o canil intermunicipal é propriedade dos quatro municípios, e cada mês, a responsabilidade técnica é de cada um dos veterinários de cada um dos quatro municípios: Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro e Bragança. O que acontece e como já viram pela comunicação social, uma nova lei vem obrigar, já desde setembro, salvo erro, que quando se faz adoções de animais, seja cães ou seja gatos, eles têm que sair do canil esterilizados, isto significa que é preciso esterilizar os animais. Os médicos veterinários que asseguram a componente técnica do canil não têm tempo suficiente para proceder a este tipo de trabalho, que se trata mesmo de cirurgia. O que ficou acordado com os outros colegas das outras Câmaras Municipais, foi exatamente, numa primeira fase, contratarmos alguém, médico veterinário ou médica, no sentido de nos prestar esse serviço. A partir de setembro deste ano, é mesmo obrigatória a esterilização de todos os animais, só podendo ser abatidos, ao contrário do que acontece até agora, em caso de doença grave dos animais ou de animais perigosos. Isto significa que estamos com um problema, não sabemos se o canil vai ter capacidade para alojar tudo isto. Com os quatro médicos veterinários, e com os meus colegas das câmaras municipais, teremos de decidir se abrimos, depois, um concurso a tempo determinado ou a tempo indeterminado. Já prevendo essas situações, se vier a acontecer, está aqui criado esse lugar. Entretanto, verificando-se que temos alguma deficiência a nível das nossas oficinas, foram também criados lugares a nível da mecânica, da mecatrónica e mais dois lugares a nível da limpeza. Tendo urgência na contratação destes lugares em função da aprovação da candidatura aproveitou-se para adaptar também novas necessidades que se verificaram”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Serafim João. Disse: “Quero realçar, no contexto da alteração no mapa de pessoal no que diz respeito à escola, o empenho não só dos técnicos da Câmara, mas também do Senhor Vereador da Cultura e respectivo Presidente da Câmara, porque sem eles não seria possível termos munido a escola de duas estruturas que vão ser fundamentais, e o colega José Carlos sabe do que estou a falar que diz respeito mais ao aspeto da informática. Foi das poucas Câmaras da CIM que teve acesso a estes equipamentos. Estou a falar do centro de recursos de apoios educativos que vai ser

melhorado em termos informáticos, e essencialmente pela sala multimédia. A sala multimédia vai ter material topo de gama, como se costuma dizer. Temos andado a queixar, há cerca de seis anos, que a nossa escola era muito carente no que diz respeito à parte informática, e os nossos alunos também se queixavam disso. Hoje há um manancial de equipamentos informáticos, de tecnologias informáticas, que os nossos alunos têm sido prejudicados nesse aspecto, porque os computadores que existem na nossa escola já estão obsoletos, já têm mais de dez anos garantidamente. Depois, também realçar aqui o esforço nas reuniões que temos feito para a aprovação do protocolo, que já foi assinado com a CIM. Além do nosso agrupamento também os outros assinaram um compromisso de organização e funcionamento, quer destas salas multimédia, quer também da equipa multidisciplinar. Estes técnicos que vão ser contratados podem parecer poucos mas, no contexto que nós temos vão-nos ser muito úteis, porque além de serem do apoio educativo também podem ser do apoio social que é essencialmente para isso que este técnico social pode dar um apoio, quer aos pais, quer aos filhos, quer a toda a comunidade escolar”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções, o Senhor Presidente colocou o ponto dois ponto cinco à votação, tendo sido aprovado por maioria. Votou contra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, e absteve-se o senhor deputado Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Colocado à votação em minuta foi aprovado por maioria, com uma abstenção do senhor deputado Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues. -----

----- Ponto Dois Ponto Seis) – Apreciação e votação da proposta de designação do Fiscal Único da Resíduos do Nordeste EIM, S.A. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Como os Senhores Deputados estão recordados na última Assembleia, com a alteração dos estatutos da “Resíduos do Nordeste”, a Câmara Municipal de Vimioso passou a ser um sócio efectivo. Antes era indirectamente por intermédio da Associação de Municípios da Terra Fria. Tratando-se de um sócio efectivo tem que esta Assembleia deliberar sobre a proposta da Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste, em que propôs a empresa “António Fernando Ledo de Matos”, que é o actual revisor de contas, para se manter como revisor oficial de contas, neste caso fiscal único da empresa “Resíduos do Nordeste”. -----

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia co-

locou o ponto dois ponto seis à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Sete) – Apreciação e votação da proposta de adesão da Assembleia Municipal de Vimioso à Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Como sabem, na última Assembleia foram dados os estatutos para analisar, e agora estamos aqui, então, para ver se efetivamente vamos aderir à Associação Nacional das Assembleias Municipais. Da minha parte, entendo que devemos aderir, eu demorei muito porque entendi que também não via aqui, da nossa parte, muitos benefícios por isso deixei adiar, foi da maneira que poupamos algum dinheiro em quotas. Agora, entendo que sim, já toda a gente pertence, só não pertencemos nós e acho que Carrazeda. Já todas as Assembleias Municipais aderiram a esta Associação”.-----

----- Usou da palavra o senhor deputado Manuel João Ratão Português. Disse: “Eu não sei realmente quais são os benefícios de pertencer a essa associação, mas também malefícios não deve haver. Se todas as Assembleias Municipais do distrito já aderiram, podemos aderir e depois se virmos que não há benefício nenhum, a quota também é irrisória, podemos mais tarde sair. Mas, neste momento acho que sim. Se já toda a gente aderiu porque é que vamos ficar isolados, é a minha opinião”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Como dizia aqui o meu amigo Manuel João Português, também não estou muito dentro do assunto. Pergunto: O que é que leva, ou não, fazermos parte dessa Associação? Fiquei convencido na anterior Assembleia, que o Senhor Presidente também não tinha bem essa ideia, e gostava que, pelo menos, explicasse a esta Assembleia quais são as implicações ou benefícios de fazermos ou não parte dessa associação de assembleias”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Na altura, deu-se a toda a gente os estatutos. É nos estatutos que está tudo. É uma Associação de Assembleias Municipais onde estão todas as Assembleias Municipais integradas. Os estatutos esclarecem os objectivos e modo de funcionamento. Acho que devemos pertencer” ..-----

----- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente colocou o ponto

dois ponto sete à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Vítor Calvelhe Pires. Disse: “Queria questionar o Senhor Presidente da Câmara. Saiu nas notícias na comunicação social que Vimioso, felizmente, ia ser contemplado com candidaturas para regadio, e desculpem o meu egoísmo, mas gostaria de saber se há alguma candidatura para as obras da conclusão da represa de Avelanoso nesse sentido”. -

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “As notícias que todos ouvimos na comunicação social, quer por intermédio do Senhor Ministro da Agricultura, quer por intermédio de um alto dirigente da DGADR o Eng.º. Campeã da Mota, e vimo-las na televisão, particularmente o Eng.º Campeã da Mota, dizem respeito a grandes regadios. Portanto, há já algum tempo que a Câmara Municipal lançou o concurso para a elaboração do estudo prévio, do estudo de viabilidade económica e estudo de impacte ambiental para a barragem da Alamela em Santulhão. O objectivo é regar entre duzentos e cinquenta a trezentos hectares. Só há cerca de três semanas, mais ou menos, é que a DGADR nos informou, e portanto à equipa que está a fazer o projeto, sobre a altura do paredão, no sentido de saber qual é a capacidade da albufeira. Neste momento, a equipa a quem adjudicamos esses estudos está a ultimar essa parte, sendo que terão que ser adaptados em função dessa definição, quer o estudo de viabilidade económica, quer o estudo de impacte ambiental. A garantia que o Senhor Ministro deu foi que em breve abrir-se-iam concursos direccionados para Vimioso e para Mirandela. Esperemos que assim seja, não tenho nada para duvidar das palavras do Senhor Ministro. Estamos a fazer o nosso trabalho, aliás um trabalho que está adiantado para aquilo que é necessário em fase de candidatura. Esperamos, depois de aprovada a candidatura, fazer o projeto de execução e lançar a empreitada que andarà próximo dos três milhões de euros, totalmente financiado. Relativamente a Avelanoso, é outra questão. Foi feita a candidatura para beneficiação daquela charca que lá se começou a fazer e do próprio regadio porque este dinheiro está absolutamente

garantido no pacto de desenvolvimento da CIM Terras de Trás-os-Montes. Está garantido no pacto como está o de Angueira. As candidaturas já foram submetidas há bastante tempo. Temos os pareceres de todas as entidades senão não podíamos fazer a candidatura e, portanto, aguardamos a todo o tempo que as candidaturas venham aprovadas. Diz-nos a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte que será para muito breve. Esperemos que assim seja. Lançar-se-á depois a empreitada”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Carlos Gonçalves. Disse: “Na última sessão, falei relativamente ao edifício da Rota do Contrabando. Uma vez que hoje os trabalhos provavelmente vão terminar relativamente cedo, não sei se não seria possível uma visita guiada ao edifício. É só uma sugestão”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: “Numa conversa que tive com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, o Adrião, recordo que quase todos os eventos que têm sido feitos pelas juntas de freguesia a nível de desporto, aventura, estão a ser aplicadas multas. Se alguém poder explicar se, a nível de cultura ou teatro ao ar livre, poderá também implicar que sejam aplicadas multas. Até disse ao Adrião que é um assunto complicado para obter essas licenças. Se sempre que a junta de Argozelo vai fazer um evento na feira da rosquilha e vai apanhar uma multa, é só para a gente estar atenta um bocadinho neste sentido. Não sei se alguém estará dentro do assunto e possa dar uma explicação”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: Relativamente à sugestão do Senhor Deputado José Carlos Gonçalves, podemos no final da sessão visitar o Memorial da Mobilidade Transfronteiriça, Contrabando e Fiscalização, apesar de ele estar aberto ao público”. -----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Manuel Oliveira, o Senhor Presidente da Câmara disse: “De facto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão transmitiu-me também essa preocupação porque agora na altura das festividades do entrudo de Santulhão, uma das atividades que realizaram tem a ver com passeios. Pelos vistos, é necessário ter os pareceres ou ter uma entidade licenciada para o efeito. Felizmente, estamos num país que é preciso licenças para tudo, é preciso pagar taxas para tudo. Comprometi-me com ele verificar a situação, qual é a entidade que tem que ser criada, ou qual é a licença que tem que ser pedida. Sempre que vêm à Câmara Municipal pedidos de

autorização para realização de eventos, obviamente que a Câmara Municipal solicita aqueles que a lei prevê e exige. Portanto, muitas vezes, deferimos condicionadamente, acreditando que, em tempo útil, apresentarão os documentos que estão em falta. Da parte da Câmara Municipal, os documentos que estavam em falta foram apresentados e realizou-se a actividade. Pelos vistos, há-de haver uma outra entidade qualquer, e eu já estive a verificar, e tentar ver até com outras câmaras que se exige essa autorização ou que quem organiza esteja inscrito numa determinada associação, que autoriza ou que lhe delega a possibilidade de organizar uma determinada actividade. É isso que vamos ter em atenção, se tiver que ser a Câmara Municipal e se puder registar-se como organizadora, fá-lo-á a Câmara, até porque todas estas atividades são sempre feitas mediante protocolo entre a Câmara Municipal, as juntas de freguesia e as associações. Até para fazer alguma actividade no nosso território, nós temos que pedir licença, mas se assim for, é uma questão de legalidade, temos que evitar as coimas porque podem ser elevadas”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel João Português. Disse: “O programa da semana do entrudo de Santulhão merece os meus parabéns. Eu não sei se tudo correu bem, se levaram a efeito tudo o que estava previsto, mas era um cartaz de luxo, parabéns.”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador Valentim Carvalho Sena. Disse: “Uma palavra de apreço para todos os senhores deputados presentes nesta Assembleia, a todo o Executivo da Câmara Municipal e também à Mesa da Assembleia Municipal. Não poderia deixar passar em claro, tendo em conta que é a minha primeira presença numa Assembleia Municipal. Quero referir e dar a minha palavra a todos os presidentes de junta e a todos os deputados que podem contar comigo na resolução de todos os problemas, e receber todas as propostas a apresentar ao senhor Presidente de Câmara e a todo o executivo nas reuniões de câmara, que são feitas quinzenalmente, independentemente do partido político para o qual foram eleitos. Da minha parte, tentaremos chegar sempre a um acordo no uso do bom senso, porque penso que trabalhamos em conjunto para desenvolver o concelho, e para dar mais qualidade de vida aos nossos munícipes e a quem nos visita porque precisamos muito, tanto dos nossos munícipes como daqueles que nos visitam. Esta semana li na comunicação social, e acho que é um tema que deve ser bastante discutido, não sei

se o Senhor Presidente de Câmara já esclareceu os presidentes de junta, que é referente aos transportes públicos estarem sobre uma possível alçada da CIM Terras de Trás-os-Montes. Vinha esta semana na comunicação social, gostaria de saber se os presidentes de junta, porque é um tema relativamente muito importante para as juntas de freguesia e para o bem-estar da sua população que são os transportes públicos. Na comunicação social a tutela estava prevista para a CIM Terras de Trás-os-Montes. Outra questão, não sei se já estão esclarecidos também por parte do Senhor Presidente de Câmara, eu tive esse esclarecimento na última reunião de câmara que é o tema da água. O tema da água há-de ser sempre um tema que estará sempre presente até à resolução deste problema, um problema grave para o nosso concelho. Da parte do Senhor Presidente de Câmara eu fiquei esclarecido, que o que está em causa, está em estudo o aumento dos açudes do Rio Maças e também a possível candidatura a uma possível barragem em Santulhão. Queria saber e apresentar esta discussão sobre os transportes públicos porque penso que é um tema relativamente importante para toda a população”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente aos transportes públicos, aliás no anterior mandato a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade transferir para a CIM a gestão dos transportes públicos. Significa que até ao final de dois mil e dezanove, tem de estar lançado o concurso, que será público internacional, acerca da rede de transportes públicos na CIM. Os únicos municípios que não delegaram na CIM, sendo que um o pretende fazer, pelo menos foi essa a indicação que deu, é Bragança e Vinhais, mas Vinhais pretende fazê-lo. Bragança porque já tem um sistema de transportes. Do que se passa e do que vem na comunicação social é que a CIM Terras de Trás-os-Montes na última reunião do conselho intermunicipal, abriu um concurso para a realização do estudo e a preparação do programa, se quisermos do caderno de encargos, que há-de ser a base para o lançamento do concurso. As carreiras intermunicipais são todas da tutela da CIM, só as municipais é que são das câmaras que nós transferimos para a CIM. Dentro desse sistema de transporte público, funcionará também o transporte a pedido, isto é uma pessoa que amanhã queira deslocar-se de uma aldeia a Vimioso ou a outro local, contactará a empresa que tiver ganho o concurso. Tem que fazer com antecedência essa marcação e terá esse transporte. Ainda nada está defi-

nido de quanto paga, ainda nada está definido qual é a rede de transportes, mas é esse o pressuposto daquilo que vem na comunicação social que foi deliberado na última reunião do conselho intermunicipal da CIM. É um processo com alguma complexidade, obviamente, nós queremos que se adaptem estas carreiras de transporte público aos transportes escolares, para os tornar mais sustentáveis. Há um técnico, um engenheiro na CIM, que está a trabalhar em Mirandela exclusivamente nesta temática. Juntamente com o IMTT, CIM e Autarquias está-se, exatamente, a preparar aquilo que virá a ser o programa e o caderno de encargos para o concurso que terá de ser lançado quanto mais rápido melhor. Quanto ao tema da água, ontem mesmo às onze e cinquenta e dois, falei com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Eng.º Carlos Martins, novamente a pôr-lhe o problema da água. De imediato falei com o Eng.º Pimenta Machado o responsável da Agência Portuguesa do Ambiente no Norte, sediada no Porto. Nós, em Outubro do ano anterior, submetemos à APA e ao ICNF projetos de alteamento dos açudes do Rio Maçãs, o açude da captação e o açude que está a montante vulgarmente chamado o açude de Vale de Pena. No dia da abertura da Feira de Artes e Ofícios chegou o parecer do ICNF, que dá parecer favorável condicionado, e a condição não é coisa pequena. Querem que a APA se pronuncie, se é necessário elaborar estudo de impacte ambiental ou não em função do alteamento dos açudes. Até hoje a APA ainda não respondeu. Portanto, já não é a primeira vez que falo com o Senhor Secretário de Estado alertando para este problema. Todas as semanas ligo ao Eng.º Pimenta Machado da APA Norte a alertar para este problema. Até lhes disse que eu vou passar a responsabilidade para eles, porque eu não posso fazer o projeto de execução sem ter os pareceres. Como é possível que ao fim de cinco meses para um problema que é grave, de um município que se viu confrontado o ano passado com a necessidade de transportar água, e não há pareceres, mas que Estado é este? Não faz sentido absolutamente nenhum! O Senhor Secretário de Estado garantiu e o Senhor Ministro já o disse publicamente, que estão à espera da reprogramação do Portugal 2020 para terem dinheiro para projetos. Mas eu vejo que estão a trabalhar muito na zona do Alqueva e a fazer canais para levar água para outros concelhos, que já estão a altear a barragem que alimenta Viseu, e sobre Vimioso nada, não sei porquê! O Senhor Secretário de Estado sabe do problema, o Senhor Eng.º Pimenta Ma-

chado sabe do problema, a APA em Mirandela sabe do problema. Está nas mãos deles não está nas nossas. Aliás, já negocieei indemnizações com alguns proprietários das margens para os poder indemnizar, porque alteando elas vão ficar inundadas. Ou os organismos do Governo resolvem rapidamente esta questão ou então ela vai manter-se. Disse ao Senhor Secretário de Estado, disse ao Eng.^o Pimenta Machado que os responsabilizaria por esta questão, porque não sou eu que mando na APA. Um problema grave tem que ter uma revolução o mais imediata possível e disse-lhe, inclusivamente, a lei prevê que membros do Governo, em situações excepcionais, possam dispensar a realização de estudos de impacte ambiental. Se esta não é excepcional, não sei qual é excecional. Eu sei qual é o problema, estamos em zona de Rede Natura e a União Europeia tem aqui alguma superintendência sobre isto. Expliquem à União Europeia que é mais importante abastecer de água as populações do que estarmos à espera de pareceres. É este o ponto da situação. Relativamente à barragem em Santulhão não é, para já, não está previsto que seja para abastecimento público, está previsto que seja para regadio, não confundamos as coisas. Nós temos pareceres favoráveis para altear e fazer um reforço do açude de Pena Menina no Angueira. Já tínhamos pareceres favoráveis em dois mil e treze, das entidades competentes, voltamos a oficiá-las, no sentido de se pronunciarem se mantêm os mesmos pareceres, porque já ultrapassou o prazo desses pareceres, o ICNF já se pronunciou dizendo que mantém o mesmo parecer, e portanto é possível, e a APA ainda não respondeu. Perante isto, não é possível fazer-se mais nada. Se eu amanhã, quisesse lançar concurso para o alteamento dos açudes do Maços e do Angueira, não o posso fazer porque os organismos do Estado ainda não emitiram os pareceres. Não podemos exigir ao Presidente da Câmara, depois de insistir com o Secretário de Estado que tutela esta área e com os altos dirigentes da administração pública da APA muito mais. Ontem falei com o Eng.^o Pimenta Machado, às dezanove e vinte e quatro, e eu sei porque é que ele me ligou porque o Senhor Secretário de Estado lhe ligou. Disse que hoje me voltava a ligar. Se não me ligar ligo-lhe eu. É esta a situação que nós temos. Muito preocupado com muitas regiões. Já lhes disse que não temos dinheiro, nem temos logística para suportar e, não chovendo, como infelizmente não chove, o que se prevê é um ano tão grave ou mais grave do que o do ano anterior. Eu ainda não tenho o dom de mandar

chover, e também não sou eu que emito os pareceres das entidades governamentais”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador Jorge Fernandes. Disse: “De longe querer fazer aqui uma intervenção no que toca e no que me diz respeito, na qualidade de vereador, jamais o farei ao longo de todas as Assembleias que decorrerem. Porque esses assuntos, entendo que o devo fazer em reunião de câmara, e portanto, jamais virei aqui fazer uma intervenção dessa natureza, a não ser que eu seja visado relativamente a algum assunto que me diga respeito ou que alguém coloque a meu respeito. Aquilo que quero aqui falar diz respeito à minha freguesia, Caçarelhos/Angueira e, portanto, gostaria de perguntar ao Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, não estando aqui, está aqui o seu representante. Sempre defendi que todas as juntas de freguesia deviam aproveitar os programas comunitários, os programas nacionais ao dispor para colocarem ao serviço das populações e, neste caso refiro-me concretamente aos programas do IEFP, que tem a ver com a contratação de desempregados ou outras pessoas para realizarem determinadas tarefas nas localidades. Em reunião de câmara já foram aprovados alguns contratos dessa natureza. Gostaria de perguntar, ao representante da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, quantos lugares é que foram criados, ou quantos lugares é que foram contratados, quais os critérios dessa contratação. Porque vou ouvindo as pessoas, abordam-me e dizem-me que foram contratadas pessoas para a localidade de Angueira, que não são de Angueira mas sim de Caçarelhos e que vão para lá trabalhar na limpeza das ruas. Isso, a ser verdade parece-me que não é justo, não é correto a não ser que não seja verdade, e a situação já tenha sido repensada porque entendo que na pequena localidade de Angueira certamente haverá um ou outro desempregado que tenha alguma carência de vida, e deverá ser ocupado, localmente, não será preciso vir gente de Caçarelhos. Não tenho nada contra Caçarelhos, nada contra nenhuma localidade que seja sede de freguesia, mas acho que é um contrassenso. No âmbito destas freguesias que foram agregadas, acho que é um contrassenso ocuparmos gente da sede de freguesia a trabalhar nas anexas se, nas anexas, há gente da localidade. Isto é um contrassenso não cabe na cabeça de ninguém, a ser verdade que foram contratadas pessoas de Caçarelhos para trabalhar em Angueira, essa situação, esse programa deve ser repensado e encontrar-se em

Angueira uma ou outra pessoa, independentemente da cor partidária, independentemente da situação, independentemente de outras questões quaisquer, mas trabalhar ali e não ser necessário virem de outra localidade para trabalharem em Angueira. Porque isto causa algum mal-estar, principalmente em localidades onde o representante não foi eleito pelo povo, mas sim eleito pela assembleia de freguesia, foi eleito sim no conjunto da freguesia, mas localmente não foi eleito em maioria. E portanto, para não haver esse mal-estar, para que a vida da pequena localidade corra bem nos próximos tempos. Faço um apelo ao Presidente da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, que esta situação seja repensada e que se encontre pelo menos alguém em Angueira para poder fazer esses trabalhos e não se vá buscar a Caçarelhos. O que peço aqui é um esclarecimento sobre esta situação e a apelar para que haja uma reflexão sobre esta reforma das localidades e por aí fora. Sei que possivelmente no futuro, pois o Presidente da Câmara eu pedirei esclarecimento na próxima reunião, o Ministro da Administração Interna já começou para aí a falar na reforma das freguesias. Se quer agregar mais, isso está mal. Eu acho que em territórios rurais não deve haver esta agregação, na minha opinião pessoal, portanto peço um esclarecimento sobre esta situação”. -----

----- Usou da palavra o senhor representante da União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Manuel João Fernandes Preto. Disse: “Quanto ao problema que o senhor Jorge Fernandes aqui apresentou, é verdade que eu contactei todos as possíveis pessoas em Angueira que me pareciam que podiam trabalhar nessas condições. Como sabe não é uma pessoa qualquer tem que estar inscrita no fundo de desemprego para poder usufruir dos setenta e cinco por cento do vencimento, porque a junta não tem rendimento para contratar uma pessoa a pagar a tempo inteiro. Perguntei a todos os rapazes. Se alguém lhe disse o contrário mentiu. Falei com todas as pessoas que me pareciam que estavam nessas condições e que podiam trabalhar nessas condições. Não encontramos em Angueira, mas encontramos em Caçarelhos, e para aproveitar os dois lugares que estavam disponíveis contratamos pessoas em Caçarelhos. Como é União de Freguesias Caçarelhos e Angueira resolvemos assim: uns tempos trabalharão em Caçarelhos e outros tempos trabalharão em Angueira. Assim poderemos assegurar o serviço, caso contrário não o asseguraríamos. Agora se lhe dizem coisas em Angueira que não aconteceram, isso é mentira.

Eu perguntei um a um, a todos aqueles que me pareciam que podiam trabalhar nessas condições”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Relativamente a esta questão, é bom que fique claro, aliás já houve penso eu, gente de Angueira inscrita nestes contratos de emprego e inserção, só que, depois em terminando esse ano, as pessoas não podem ser requisitadas pela mesma entidade, têm que esperar algum tempo, no mínimo três meses. Eu não conheço totalmente a situação, mas acontece com outras freguesias e, muitas vezes, o que nós fazemos com as freguesias, umas vezes contratam as freguesias, outras vezes fazemos nós e vamos articulando o serviço da melhor forma. Eu sei que já houve gente de Angueira a trabalhar integrado nesses contratos dos CEI + ou de emprego de inserção. Não sei se agora reuniam ou não as condições. Temos um gabinete de inserção profissional, tem uma animadora, tem colaborado com as juntas de freguesia que o solicitam e com as instituições que o solicitam, por forma a podermos ter e ser contemplados com o maior número de candidaturas aprovadas. Têm vindo algumas, felizmente, aprovadas. Ainda há bem pouco tempo, como bem disse o senhor vereador, foram feitos vários contratos com gente que está em Argozelo, com gente que está em Carção, com gente que está em Vimioso, com gente que está noutras localidades. Sempre que eles são dessas localidades, preferencialmente ficarão nessas localidades. Eu não sei ao certo se as duas pessoas que estão integradas agora e que estão na União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira se foram pela Câmara se foram pela Junta. São três, pelos vistos um é pela Câmara e outros dois são pela Junta. Nós privilegiamos sempre aqueles que são das localidades, porque facilita o transporte e a deslocação. Pode acontecer, por vezes não sendo possível ou não havendo gente na localidade, poder ser de outras localidades e, estando na União das Freguesias fazer isso, e até, às vezes quando é serviço mais urgente vão ajudar outras pessoas que estejam aqui em Vimioso ou noutras localidades. O importante é que o serviço seja feito, sendo que quer nós quer as juntas de freguesia, temos privilegiado sempre quando há pessoas que reúnem as condições para celebrar esse tipo de contrato”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel Oliveira. Disse: “ Quando foi da minha intervenção esqueci-me e peço desculpa. É para me congratular com a tomada de posse do meu amigo e conterrâneo Valentim Sena como vereaa-

dor. Os meus parabéns e desejar-lhe um bom mandato, é mais um jovem para ajudar a trabalhar no desenvolvimento do concelho e principalmente na vila de Argozelo. Parabéns e um bom trabalho”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Só para terminar, vamos ter no fim-de-semana dezassete e dezoito a Feira da Rosquilha em Argozelo, no fim-de-semana seguinte, domingo de ramos, a Feira do Pão em Caçarelhos, e no fim-de-semana da Páscoa o mercado também em Algoz no sábado da aleluia. Gostaríamos que todas as pessoas participassem”.-----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
